

TERMO DE REFERÊNCIA

1. DO OBJETO:

1.1 Registro de preço para futuro e eventual fornecimento de 17.640 (dezesete mil seiscentos e quarenta) kits de produtos alimentícios (cesta básica), em atendimento as demandas de famílias e indivíduos em situação de vulnerabilidade socioeconômica atendidas pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social.

ITEM	QTDE	UNIDADE MEDIDA	DESCRIÇÃO
01	17640	UN	Kit de alimentos da cesta básica: 01 pacote de açúcar de 2 kgs; 02 pacotes de arroz tipo 1 - subgrupo: pulido, classe: longo fino, sendo pacotes de 5kgs; 01 pacote de café moído de 250grs, 1ª linha; 01 lata de extrato de tomate com 340 grs; 01 pacote de farinha de mandioca torrada tipo biju com 500 grs; 2 kls feijão tipo 1, novo claro, grupo 1, feijão comum - classe: cores; 02 pacotes de fubá de milho com 500grs; 1 litro de leite longa vida embalagem tetra park; 04 pacotes de macarrão com ovos parafuso com 500 grs; 02 litros de óleo de soja; 01 cartela de ovos brancos com 30 unidades e 01 kg de sal refinado iodado.

ITEM	QTDE	UNIDADE MEDIDA	DESCRIÇÃO
1	01	Pacote	Açúcar cristal de 02 quilos.
2	02	Pacote	Arroz tipo 1 c/ 5kgs. Subgrupo: polido. Classe: longo fino.
3	01	Pacote	Café moído de 250 gramas.
4	01	Lata	Extrato de tomate com 340 gramas.
5	01	Pacote	Farinha de mandioca torrada tipo biju com 500 gramas.
6	02	Kgs	Feijão Tipo 1, novo claro, grupo 1 feijão comum, Classe: cores.
7	02	Pacote	Fubá de milho com 500 gramas.
8	01	Litro	Leite longa vida embalagem tetra park.
9	04	Pacote	Macarrão com ovos parafuso com 500 gramas.

10	01	Cartela	Ovos brancos com 30 unidades
11	02	Litro	Óleo de soja
12	01	Kg	Sal refinado iodado

1.2 A vigência da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses, contados de sua formalização, admitida a prorrogação por igual período, desde que comprovada a vantajosidade dos preços registrados, na forma do art. 84 da Lei n.º 14.133/2021.

1.2.1 Não será admitida adesão à Ata de Registro de Preços por órgãos ou entidades não participantes, tendo em vista que o quantitativo estimado foi dimensionado exclusivamente para atendimento das demandas da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, considerando a execução do programa “Apoio e Incentivo à Cidadania”, a logística de fornecimento parcelado, a inexistência de espaço físico adequado para armazenamento prolongado nas unidades da rede socioassistencial e a necessidade de preservação da regularidade do atendimento às famílias e indivíduos em situação de vulnerabilidade socioeconômica acompanhados pelo Município.

1.3 O quantitativo estimado foi definido com base na necessidade administrativa da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, considerando o futuro e eventual fornecimento de 17.640 (dezesete mil seiscentos e quarenta) kits de produtos alimentícios (cesta básica), destinados ao atendimento de famílias e indivíduos em situação de vulnerabilidade socioeconômica acompanhados pela rede socioassistencial do Município, conforme planilha anexa e demais elementos constantes dos autos.

1.4 As ordens de fornecimento serão emitidas pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, de forma parcelada, conforme a necessidade administrativa, e indicarão, obrigatoriamente, o quantitativo solicitado, o prazo de entrega, o local de entrega e as orientações administrativas pertinentes, nos termos deste Termo de Referência. O fornecimento ocorrerá, ordinariamente, de maneira fracionada e semanal, em razão da inexistência de espaço físico adequado para armazenamento prolongado dos kits nos CRAS e demais unidades vinculadas à rede socioassistencial, não sendo admitida a entrega integral do quantitativo mensal em remessa única. Para fins de planejamento operacional, estima-se que a demanda mensal ordinária varie, em regra, entre 1.200 e 1.740 kits, distribuídos, usualmente, em 4 entregas semanais, sem prejuízo de ajustes pontuais decorrentes da necessidade administrativa e do atendimento de demandas emergenciais.

1.5 O objeto consiste em bem comum de consumo, com padrões de desempenho e qualidade objetivamente definidos, a ser contratado por meio de procedimento licitatório para Registro de Preços, nos termos da Lei n.º 14.133/2021, observados os princípios da legalidade, eficiência, economicidade, planejamento, interesse público e supremacia do interesse público.

1.6 A detentora da Ata deverá realizar o fornecimento dos kits após o recebimento da ordem de fornecimento expedida pela Administração, observando os prazos nela fixados. As entregas ordinárias ocorrerão no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, de forma fracionada, em regra semanal, observada a capacidade de recebimento e armazenamento das unidades vinculadas à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social. Para fins operacionais, a demanda mensal ordinária será, em regra, de 1.200 a 1.740 kits, usualmente distribuídos em 4 entregas semanais, correspondendo cada remessa a quantitativo aproximado de 300 a 435 kits, vedada a entrega integral do quantitativo mensal em uma única remessa. Nas hipóteses de demanda emergencial, devidamente justificadas pela Administração, a entrega deverá ocorrer no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, contadas do recebimento da solicitação formal. Seguem os endereços de entrega:

CAFI	Rua Salerme Jabur, n.º 140, bairro Lagoa Azul 2, Ituiutaba - MG, CEP 38307-516
CRAS ALVORADA	Rua Coronel Conceição Barbosa, n.º 650, bairro Platina, Ituiutaba - MG, CEP 38307-039
CRAS PIRAPITINGA	Rua Prata, n.º 535, bairro Pirapitinga, Ituiutaba - MG, CEP 38307-410
CRAS BRASIL	Rua Uruguai, n.º 1468, bairro Brasil, Ituiutaba - MG, CEP 38304-181.
CRAS IPIRANGA	Rua Oldemar Ribeiro Vieira, n.º 12, bairro Ipiranga, Ituiutaba - MG, CEP 38302-056
CRAS BURITIS	Rua Aranãs, n.º 236, bairro Residencial Buritis, Ituiutaba - MG (CEP 38302-450)
CRAS NATAL	Rua Segunda, n.º 990, bairro Natal, Ituiutaba - MG, CEP 38300-045

1.7 A entrega do objeto ocorrerá nos locais indicados pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, situados na malha urbana do Município de Ituiutaba-MG, especialmente no CAFI e nos CRAS Alvorada, Pirapitinga, Brasil, Ipiranga, Buritis e Natal, no horário de funcionamento das unidades, compreendido entre 08h00 e 17h30, de segunda a sexta-feira, observando-se o calendário oficial do Município. Os kits deverão ser entregues já montados, em embalagens adequadas e resistentes, com produtos dentro do prazo de validade, integridade física preservada e observância às normas de vigilância sanitária aplicáveis ao acondicionamento, armazenamento e transporte. Considerando a inexistência de espaço físico adequado para armazenamento prolongado nas unidades da rede, especialmente nos CRAS, a Administração não receberá o quantitativo mensal total em uma única entrega, devendo o fornecimento ordinário ocorrer de forma fracionada, em regra semanal, nos quantitativos indicados em cada ordem de fornecimento. Caberá ao fiscal designado acompanhar e atestar a regularidade do fornecimento, mediante verificação do

quantitativo entregue, da conformidade com as especificações exigidas, da qualidade dos produtos e do cumprimento dos prazos ordinários e emergenciais.

2. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

2.1 A presente contratação tem por objeto o Registro de Preços para futuro e eventual fornecimento de 17.640 (dezessete mil seiscentos e quarenta) kits de produtos alimentícios (cesta básica), destinados ao atendimento de famílias e indivíduos em situação de vulnerabilidade socioeconômica acompanhados pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social. A medida mostra-se necessária para viabilizar a execução do programa “Apoio e Incentivo à Cidadania”, previsto na Lei Municipal n.º 4.527, de 27 de setembro de 2017, em consonância com a assistência social como direito do cidadão e dever do Estado, voltada à provisão dos mínimos sociais e organizada por meio do Sistema Único de Assistência Social – SUAS.

2.2 A fundamentação da contratação encontra amparo na Lei Orgânica da Assistência Social, Lei n.º 8.742/1993, especialmente porque a política de assistência social tem por objetivos a proteção social, a vigilância socioassistencial e a defesa de direitos, sendo executada por meio de serviços, benefícios, programas e projetos destinados ao enfrentamento das vulnerabilidades e riscos sociais. No âmbito do SUAS, compete ao Poder Público organizar respostas concretas e tempestivas às necessidades identificadas no território, assegurando proteção a indivíduos e famílias que dela necessitem.

2.3 A contratação pretendida é compatível com a estrutura normativa da política pública de assistência social, uma vez que o SUAS articula, de forma descentralizada e participativa, os esforços da União, dos Estados e dos Municípios para garantir proteção social por meio de serviços, benefícios, programas e projetos, com atuação territorializada e voltada ao enfrentamento da pobreza, das vulnerabilidades e dos riscos sociais. Nesse contexto, o fornecimento dos kits alimentícios constitui providência material apta a fortalecer a capacidade de resposta da rede socioassistencial municipal diante das demandas apresentadas pela população usuária.

2.4 O uso do Sistema de Registro de Preços revela-se tecnicamente adequado porque se trata de fornecimento futuro e eventual, com quantitativos sujeitos à variação conforme a demanda efetivamente verificada pela Administração no acompanhamento das famílias e indivíduos em situação de vulnerabilidade socioeconômica. A adoção dessa sistemática permite maior racionalidade administrativa, melhor planejamento das aquisições e disponibilidade contínua do objeto sem a necessidade de aquisição única e integral em momento isolado, o que se mostra compatível com a dinâmica territorial da política socioassistencial. Essa modelagem, no caso concreto, favorece a manutenção de provisões materiais aptas a assegurar proteção social e atendimento célere às necessidades identificadas pela rede.

2.5 O fornecimento deverá ocorrer de forma parcelada, em regra semanal, conforme as ordens de fornecimento expedidas pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, considerando a inexistência de espaço físico adequado para armazenamento prolongado dos kits nos CRAS e demais unidades vinculadas à rede socioassistencial.

Por essa razão, a Administração não receberá o quantitativo mensal total em uma única entrega, estimando-se, para fins de execução ordinária, demanda mensal entre 1.200 e 1.740 kits, usualmente distribuída em 4 entregas semanais. Tal providência atende ao princípio da eficiência administrativa, preserva a logística de recebimento, evita estocagem excessiva e assegura melhor adequação entre a quantidade solicitada e a capacidade material de acondicionamento das unidades localizadas na malha urbana do Município de Ituiutaba–MG.

2.6 Além das entregas ordinárias fracionadas, a contratação deve contemplar o atendimento de demandas emergenciais, hipótese em que a entrega deverá ocorrer no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, contado do recebimento da solicitação formal da Administração. Essa exigência decorre da própria natureza da política pública de assistência social, que demanda capacidade de resposta imediata ou célere diante de situações supervenientes de vulnerabilidade e risco social, de modo a não comprometer a proteção social devida aos usuários acompanhados pela rede.

2.7 A contratação também se justifica pela necessidade de assegurar regularidade, padronização e qualidade no fornecimento dos kits alimentícios, de modo que os produtos entregues observem integralmente as especificações fixadas pela Administração, com integridade das embalagens, adequação dos gêneros, compatibilidade quantitativa e cumprimento rigoroso dos prazos ordinários e emergenciais. No âmbito do SUAS, a efetividade da proteção social depende não apenas da previsão formal de ofertas, mas da sua concretização material em condições adequadas de acesso, oportunidade e continuidade.

2.8 A ausência de contratação apta a garantir o fornecimento parcelado e emergencial dos kits comprometeria a capacidade operacional da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social no atendimento das demandas identificadas pelos equipamentos da rede socioassistencial, especialmente os CRAS, com risco de descontinuidade no atendimento a famílias e indivíduos em situação de vulnerabilidade socioeconômica. Por essa razão, a presente contratação se mostra necessária para assegurar a efetividade da política pública municipal em harmonia com a Lei Municipal n.º 4.527/2017 e com o arcabouço normativo do SUAS, que atribui centralidade à proteção social, à territorialização e à garantia de direitos.

2.9 Assim, a contratação permitirá à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social:

2.9.1 assegurar provisões materiais indispensáveis ao atendimento de famílias e indivíduos em situação de vulnerabilidade socioeconômica;

2.9.2 viabilizar a execução administrativa do programa “Apoio e Incentivo à Cidadania”, instituído pela Lei Municipal n.º 4.527/2017;

2.9.3 realizar fornecimento parcelado, em regra semanal, compatível com a limitação de armazenamento dos CRAS e demais unidades da rede;

2.9.4 atender demandas emergenciais no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas;

2.9.5 preservar a continuidade, a eficiência e a regularidade da atuação socioassistencial no território municipal; e

2.9.6 observar os princípios da legalidade, da eficiência, do planejamento e do interesse público, em consonância com a Lei n.º 8.742/1993 e com a organização do SUAS.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERANDO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

3.1 A solução indicada nesta contratação, conforme análise exposta no Estudo Técnico Preliminar, consiste no Sistema de Registro de Preços para futuro e eventual fornecimento de 17.640 (dezessete mil seiscentos e quarenta) kits de produtos alimentícios (cesta básica), destinados ao atendimento de famílias e indivíduos em situação de vulnerabilidade socioeconômica acompanhados pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, revelando-se medida adequada e suficiente para atender às necessidades administrativas e operacionais da política pública de assistência social.

3.2 Considerando os requisitos administrativos, operacionais e qualitativos da demanda, a solução foi estruturada para assegurar fornecimento contínuo, parcelado e eficiente, com observância das especificações mínimas definidas pela Administração, regularidade na entrega, integridade dos produtos, adequadas condições de acondicionamento, transporte e recebimento, bem como disponibilidade compatível com as demandas ordinárias e emergenciais da rede socioassistencial. Os preços foram aferidos com base em parâmetros de mercado e demais referências admitidas pela legislação aplicável, conforme registros constantes da pesquisa de preços anexada aos autos.

3.3 A solução escolhida é a que melhor atende aos requisitos previamente definidos e assegura economicidade, eficiência e adequação operacional, uma vez que a adoção do Registro de Preços possibilita que o fornecimento ocorra conforme a efetiva necessidade da Administração, evitando aquisições desproporcionais, excesso de estocagem e comprometimento logístico nas unidades de atendimento. Alternativas como aquisição integral em única remessa, formação de estoque prolongado nas unidades ou contratações sucessivas e isoladas não se mostram mais vantajosas, seja pela limitação de espaço físico para armazenamento nos CRAS, seja pelo aumento do risco de desabastecimento, desperdício, desorganização logística e maior onerosidade administrativa.

3.4 A solução adotada contempla fornecimento fracionado, em regra semanal, conforme ordens de fornecimento expedidas pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, justamente em razão da inexistência de espaço físico adequado para armazenamento prolongado dos kits nos CRAS e demais unidades vinculadas à rede socioassistencial. No regime ordinário de execução, estima-se demanda mensal entre 1.200 e 1.740 kits, usualmente distribuída em 4 entregas semanais, de modo a compatibilizar o fornecimento com a capacidade material de recebimento e acondicionamento das unidades, não se mostrando adequada nem vantajosa a aquisição integral mensal em remessa única. Além disso, a modelagem também abrange o atendimento de demandas emergenciais, para as quais a contratada deverá promover a entrega no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, contado do recebimento da solicitação formal da Administração, garantindo resposta célere às situações supervenientes de vulnerabilidade social.

3.5 Considerando o ciclo de vida do objeto, a solução contempla, de forma integrada, as etapas de registro de preços, emissão das ordens de fornecimento, separação e

montagem dos kits, acondicionamento, transporte, entrega, recebimento, conferência, distribuição e destinação final das embalagens, devendo a futura detentora da ata observar condições adequadas de conservação e integridade dos produtos até a efetiva entrega à Administração. Compete à fiscalização verificar a conformidade dos kits recebidos, especialmente quanto à composição, à integridade das embalagens, à qualidade dos gêneros alimentícios, ao quantitativo fornecido e ao cumprimento dos prazos ordinários e emergenciais estabelecidos neste Termo de Referência.

3.6 Após o recebimento, os kits serão destinados ao atendimento das demandas identificadas pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, com distribuição nos locais indicados pela Administração, situados na malha urbana do Município de Ituiutaba–MG, observando-se a adequada logística de entrega e a finalidade pública da contratação. Ao final do ciclo de vida do objeto, deverá ser observada, sempre que possível, a destinação ambientalmente adequada das embalagens utilizadas, em consonância com as diretrizes de sustentabilidade e com as rotinas administrativas aplicáveis.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1 A CONTRATADA deverá fornecer os kits de produtos alimentícios (cesta básica) em rigorosa observância às prescrições e exigências contidas neste Termo de Referência, na Ata de Registro de Preços, no instrumento contratual, quando houver, na ordem de fornecimento e nos demais documentos que integram a presente contratação.

4.2 Além dos encargos de ordem legal e dos demais assumidos em outras cláusulas, e sem alteração dos preços registrados, obriga-se a CONTRATADA a direcionar todos os recursos materiais, logísticos, operacionais e administrativos necessários à execução do fornecimento, de forma plena e satisfatória, sem ônus adicionais de qualquer natureza ao CONTRATANTE.

4.3 Fornecer o objeto em conformidade com as disposições deste Termo de Referência, da Ata de Registro de Preços, do instrumento contratual, quando houver, e de seus anexos, bem como de acordo com a proposta apresentada.

4.4 Cumprir rigorosamente os aspectos qualitativos e quantitativos previstos neste Termo de Referência e nos instrumentos correlatos, mantendo durante toda a vigência da Ata de Registro de Preços e da contratação decorrente as condições de habilitação e qualificação exigidas.

4.5 Observar e cumprir as disposições legais municipais, estaduais e federais aplicáveis ao fornecimento do objeto, inclusive as normas sanitárias, consumeristas, tributárias, ambientais e demais regras pertinentes à comercialização, acondicionamento, transporte e entrega de gêneros alimentícios.

4.6 Providenciar, às suas expensas, a substituição imediata dos produtos que se apresentem em desconformidade com as especificações exigidas, com avarias, defeitos, violação de embalagem, inadequação ao consumo, prazo de validade incompatível ou qualquer outra irregularidade constatada pela Administração, no prazo assinalado pelo CONTRATANTE.

4.7 Assumir integralmente todas as despesas decorrentes da execução do

fornecimento, incluindo custos com aquisição, montagem dos kits, embalagem, transporte, carga, descarga, tributos, seguros e demais obrigações acessórias relacionadas ao objeto.

4.8 Responder, na forma da lei, por qualquer dano pessoal ou patrimonial causado ao CONTRATANTE ou a terceiros durante a execução da contratação, não sendo excluída ou reduzida tal responsabilidade pela existência de fiscalização do CONTRATANTE.

4.9 Indenizar terceiros e/ou o CONTRATANTE por quaisquer prejuízos decorrentes de dolo, culpa, omissão, falha no fornecimento ou entrega de produtos em desconformidade, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

4.10 Submeter-se integralmente à fiscalização do CONTRATANTE, prestando todas as informações solicitadas e atendendo prontamente às determinações da Administração e das autoridades competentes.

4.11 Garantir suporte operacional desde o início da execução, abrangendo a separação dos itens, a montagem dos kits, o acondicionamento, a organização logística, o transporte e a entrega do objeto, em conformidade com os prazos fixados pela Administração.

4.12 Disponibilizar quantitativo suficiente de kits para atendimento integral da demanda indicada pelo CONTRATANTE, observadas as especificações definidas pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, bem como a necessidade de fornecimento parcelado, em regra semanal, e o atendimento das situações emergenciais.

4.13 Fornecer kits de produtos alimentícios em adequadas condições de conservação, apresentação, acondicionamento, transporte e entrega, observadas as especificações constantes deste Termo de Referência, a integridade das embalagens, a qualidade dos gêneros alimentícios e as exigências sanitárias e técnicas aplicáveis.

4.14 Realizar as entregas de forma fracionada, em regra semanal, conforme ordens de fornecimento expedidas pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, considerando a inexistência de espaço adequado para armazenamento prolongado nos CRAS e demais unidades vinculadas à rede socioassistencial.

4.15 Atender às demandas emergenciais da Administração no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, contadas do recebimento da solicitação formal, sempre que houver requisição justificada da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social.

4.16 Manter controle administrativo da execução, com registros relativos ao fornecimento, à separação, à montagem dos kits, ao transporte, à entrega, à substituição de produtos, às intercorrências e aos demais elementos necessários ao acompanhamento e à fiscalização do objeto, bem como garantir que a entrega seja realizada por prepostos com conduta compatível com a execução contratual, atuando com urbanidade, responsabilidade e observância das orientações da Administração.

4.17 Não haverá exigência de garantia de execução contratual, conforme previsão expressa neste Termo de Referência.

4.18 A licitante vencedora deverá apresentar, antes da assinatura da Ata de Registro de Preços ou do instrumento contratual decorrente, Alvará Sanitário ou Licença Sanitária vigente, expedido(a) pelo órgão competente, compatível com a atividade de fornecimento de gêneros alimentícios. Caso a atividade esteja dispensada de

licenciamento sanitário, deverá ser apresentado documento oficial que comprove a dispensa.

4.19 A licitante deverá apresentar Certidão Negativa de Falência, Concordata, Recuperação Judicial ou Extrajudicial, expedida pelo distribuidor da sede da empresa, nos termos da Lei n.º 11.101/2005, datada dos últimos 30 (trinta) dias, ou que esteja dentro do prazo de validade expresso na própria certidão.

4.20 No caso de apresentação de certidão positiva de recuperação judicial ou extrajudicial, a licitante deverá comprovar que o respectivo plano de recuperação foi acolhido judicialmente, na forma do art. 58 da Lei n.º 11.101, de 09 de fevereiro de 2005, sob pena de inabilitação, devendo, ainda, comprovar o atendimento de todos os demais requisitos de habilitação exigidos neste instrumento.

4.21 A licitante deverá apresentar balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, aptos a comprovar a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo tais documentos ser atualizados por índices oficiais quando encerrados há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta.

4.22 A licitante deverá apresentar Alvará Estadual ou Municipal, emitido pelo Serviço de Vigilância Sanitária da Secretaria de Saúde Estadual ou Municipal da sede da licitante, quando aplicável ao item cotado, compatível com a atividade exercida e com o fornecimento de gêneros alimentícios objeto da contratação.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

5.1 A execução do objeto seguirá a dinâmica definida na Ata de Registro de Preços, no instrumento contratual, quando houver, na ordem de fornecimento e na legislação aplicável, observando-se integralmente as condições técnicas, operacionais e administrativas estabelecidas para o futuro e eventual fornecimento de 17.640 kits de produtos alimentícios (cesta básica), destinados ao atendimento de famílias e indivíduos em situação de vulnerabilidade socioeconômica acompanhados pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social.

5.2 Após a formalização da Ata de Registro de Preços e, se for o caso, da contratação dela decorrente, poderá ser realizada reunião de alinhamento entre o gestor, o fiscal designado e a CONTRATADA, com a finalidade de nivelar entendimentos quanto às condições estabelecidas, esclarecer dúvidas e definir fluxos operacionais que assegurem a plena execução do fornecimento, incluindo quantitativo, periodicidade das entregas, prazo de entrega, condições de acondicionamento, local de entrega, critérios de recebimento, substituição de itens e comunicação institucional.

5.3 A CONTRATADA deverá indicar, por ato formal, o preposto da empresa, contendo, no mínimo, o nome completo e o CPF n.º do funcionário designado, que atuará como interlocutor principal junto ao CONTRATANTE, cabendo-lhe acompanhar a execução do objeto, receber e encaminhar diligências, prestar informações e responder por questões de natureza técnica, administrativa e legal relativas à Ata de Registro de Preços e à contratação dela decorrente.

5.4 A recusa injustificada do fornecedor convocado em assinar a Ata de Registro de

Preços, o instrumento contratual ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido ensejará a aplicação das penalidades cabíveis, nos termos da Lei n.º 14.133/2021, sem prejuízo da convocação de outro fornecedor apto, observada a ordem de classificação.

5.5 A execução se dará mediante fornecimento parcelado do objeto, conforme ordens de fornecimento expedidas pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, observando-se o quantitativo, as especificações técnicas, o local e o prazo definidos pela Administração. As entregas ordinárias ocorrerão, em regra, de forma fracionada e semanal, em razão da inexistência de espaço físico adequado para armazenamento prolongado nos CRAS e demais unidades vinculadas à rede socioassistencial. Para fins de execução ordinária, estima-se demanda mensal entre 1.200 e 1.740 kits, usualmente dividida em 4 entregas semanais, correspondendo cada remessa a quantitativo aproximado de 300 a 435 kits, não sendo admitido o recebimento integral do quantitativo mensal em uma única entrega. Permanecem resguardadas as hipóteses de demandas emergenciais, a serem atendidas no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas

5.6 Os kits deverão ser entregues pela CONTRATADA em conformidade com as exigências deste Termo de Referência, da Ata de Registro de Preços, do instrumento contratual, quando houver, e das orientações da Administração, cabendo à empresa assegurar a correta separação dos itens, montagem dos kits, acondicionamento, transporte e entrega, bem como a substituição imediata daqueles que apresentarem avarias, defeitos, inadequação ao consumo ou desconformidade com as especificações exigidas.

5.7 O acompanhamento da execução ocorrerá mediante conferência do quantitativo entregue, da integridade das embalagens, da conformidade dos kits com as especificações técnicas definidas, da adequação das condições de conservação e do cumprimento dos prazos estabelecidos para as entregas ordinárias e emergenciais. Havendo não conformidades, a CONTRATADA deverá proceder à correção imediata, inclusive com substituição dos itens, sem ônus adicional ao CONTRATANTE.

5.8 Os registros de fornecimento, entrega, substituição, ocorrências e demais elementos de controle da execução deverão ser mantidos e disponibilizados à fiscalização sempre que solicitado. Eventuais não conformidades deverão ser comunicadas ao fiscal da contratação, para adoção das providências cabíveis e registro em relatório de acompanhamento.

5.9 O pagamento será efetuado de acordo com o efetivo fornecimento dos kits e com o ateste do fiscal da contratação, mediante apresentação da documentação comprobatória e emissão da respectiva nota fiscal, observadas as exigências legais, fiscais e administrativas aplicáveis.

5.10 Durante a vigência da Ata de Registro de Preços e da contratação dela decorrente, será assegurado acompanhamento contínuo da execução pelo fiscal e suplente designados, que deverão elaborar registros de conformidade contendo informações sobre quantitativo entregue, adequação dos kits, cumprimento do prazo, eventuais ocorrências verificadas e medidas adotadas em caso de desconformidade.

5.11 Em situações excepcionais, especialmente nas hipóteses de demanda emergencial devidamente justificada pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento

Social, a CONTRATADA deverá adotar as providências necessárias para realização da entrega no prazo máximo de 24 horas, contado do recebimento da solicitação formal da Administração. Nas demais situações, como necessidade de ajuste no cronograma de entrega, constatação de avaria, inadequação do produto ou insuficiência quantitativa, a CONTRATADA deverá adotar as medidas corretivas cabíveis em prazo imediato ou compatível com a urgência da demanda, garantindo a regular execução do fornecimento sem prejuízo à finalidade da contratação.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1 A Ata de Registro de Preços e as contratações dela decorrentes deverão ser executadas fielmente pelas partes, em conformidade com as cláusulas avençadas, com este Termo de Referência e com as disposições da Lei n.º 14.133/2021, respondendo cada parte pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2 As comunicações entre a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e a CONTRATADA deverão ser formalizadas por escrito sempre que a legislação, este Termo de Referência ou o ato administrativo assim o exigir, admitindo-se, quando pertinente, a utilização de meio eletrônico oficial para esse fim.

6.3 A Administração poderá convocar a CONTRATADA, por intermédio de seu preposto formalmente designado, para a adoção de providências que se mostrem necessárias e que deverão ser cumpridas de imediato, a fim de assegurar a continuidade e a regularidade do fornecimento dos kits de produtos alimentícios, especialmente em casos de atraso na entrega, desconformidade dos produtos, insuficiência quantitativa, necessidade de substituição dos itens, falhas nas entregas fracionadas semanais ou ocorrência de demanda emergencial a ser atendida no prazo máximo de 24 horas.

6.4 A gestão e a fiscalização da Ata de Registro de Preços e das contratações dela decorrentes serão exercidas por servidores designados nos termos do Decreto Municipal n.º 11.502/2025, em conformidade com o art. 117 da Lei n.º 14.133/2021, sendo indicados:

Gestora da contratação: Daiane Aparecida Cintra, matrícula n.º 1280, Diretora da Proteção Social Especial.

Fiscal da contratação: Thiago Oliveira Silva, matrícula n.º 3566, Chefe do Setor de Programas e Projetos Sociais.

6.5 O fiscal da contratação deverá acompanhar e fiscalizar a execução do objeto, mantendo registro escrito e detalhado de todas as ocorrências, indicando as providências necessárias para sanar falhas, atrasos, inadequações no fornecimento, desconformidades quantitativas ou qualitativas e defeitos eventualmente constatados, comunicando tais fatos à autoridade competente para as medidas cabíveis. O acompanhamento deverá abranger, inclusive, a verificação do cumprimento das entregas parceladas, em regra semanais, bem como do atendimento das demandas emergenciais no prazo máximo de 24 horas.

6.6 A fiscalização exercida pela Administração não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA pela perfeita execução da Ata de Registro de Preços e das contratações dela decorrentes, inclusive perante terceiros, tampouco

implica corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes por eventuais irregularidades, nos termos do art. 120 da Lei n.º 14.133/2021.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

7.1 O pagamento será efetuado no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados da apresentação da nota fiscal eletrônica, devidamente conferida e atestada pelo fiscal da contratação e anuída pelo gestor designado, desde que acompanhada da documentação comprobatória de regularidade fiscal e trabalhista da CONTRATADA, em validade, a saber:

- I. prova de regularidade perante a Fazenda Federal e à Dívida Ativa da União, nos termos da Portaria Conjunta RFB/PGFN n.º 1.751/2014, ou norma que a substitua;
- II. prova de regularidade para com a Fazenda Estadual da sede da proponente;
- III. prova de regularidade para com a Fazenda Municipal da sede da proponente;
- IV. prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS;
- V. prova de regularidade relativa aos Débitos Trabalhistas.

7.2 O pagamento do objeto fornecido dependerá da verificação e aceitação da entrega, devidamente atestada pelo fiscal da contratação e anuída pelo gestor responsável, mediante apresentação de documentos comprobatórios aptos a confirmar o regular fornecimento dos kits de produtos alimentícios, em conformidade com as especificações deste Termo de Referência, especialmente quanto ao quantitativo entregue, à composição dos kits, à integridade das embalagens, à qualidade dos gêneros alimentícios e ao cumprimento dos prazos fixados para as entregas ordinárias e emergenciais.

7.3 O pagamento será realizado de acordo com o efetivo fornecimento dos kits, observadas as ordens de fornecimento expedidas pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, não gerando a Ata de Registro de Preços, por si só, obrigação de contratação ou de aquisição integral do quantitativo estimado.

7.4 Fica vedado o pagamento antecipado, em qualquer hipótese.

7.5 Os preços registrados permanecerão fixos e irrevogáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preços, ressalvadas as hipóteses legais de revisão, reequilíbrio econômico-financeiro ou atualização admitidas pela Lei n.º 14.133/2021.

7.6 A revisão dos preços somente será admitida em caso de comprovação do desequilíbrio econômico-financeiro, devidamente demonstrado por documentação idônea e submetido à análise e aprovação da Administração, na forma da legislação aplicável.

7.7 O inadimplemento das obrigações fiscais, trabalhistas ou relativas ao FGTS poderá ensejar a retenção de valores e a adoção das medidas legalmente cabíveis, sem prejuízo da aplicação das sanções administrativas previstas na Lei n.º 14.133/2021, na Ata de Registro de Preços e no instrumento contratual, quando houver.

8. FORMA E CRITÉRIO DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

8.1 Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

8.1.1 A seleção do fornecedor dar-se-á mediante procedimento licitatório para Registro de Preços, nos termos da Lei n.º 14.133/2021, visando ao futuro e eventual fornecimento de 17.640 kits de produtos alimentícios (cesta básica), destinados ao atendimento de famílias e indivíduos em situação de vulnerabilidade socioeconômica acompanhados pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, conforme este Termo de Referência.

8.1.2.1 Embora o critério de julgamento seja o menor preço do kit de alimentos, a proposta comercial deverá apresentar, de forma discriminada, o valor unitário de cada item que compõe o kit, bem como o valor total do kit, para fins de transparência, análise da composição do preço, verificação de exequibilidade e acompanhamento da execução contratual, sem que isso implique julgamento individualizado por item.

8.1.2 O critério de julgamento será o menor preço, desde que atendidos integralmente os requisitos técnicos, qualitativos, operacionais e administrativos estabelecidos neste Termo de Referência, com demonstração de vantajosidade mediante pesquisa de preços e demais parâmetros admitidos pela legislação aplicável.

8.1.3 Para fins de habilitação técnica, poderá ser exigida a apresentação de atestado(s) de capacidade técnica emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprovem o fornecimento anterior de objeto compatível em características, quantidades e prazos com o previsto nesta contratação, demonstrando a aptidão da empresa para o desempenho das obrigações assumidas. Quando o atestado for emitido por pessoa jurídica de direito privado, poderá ser exigida a comprovação de sua autenticidade, nos termos admitidos pela legislação e pela Administração.

8.1.4 O fornecedor deverá demonstrar capacidade operacional para realizar o fornecimento parcelado do objeto, com entregas fracionadas, em regra semanais, bem como aptidão para atender demandas emergenciais no prazo máximo de 24 horas, sempre que formalmente solicitado pela Administração. Deverá, ainda, comprovar condições de disponibilizar o quantitativo solicitado e fornecer os kits em conformidade com as especificações exigidas, assegurando integridade das embalagens, adequada conservação dos gêneros alimentícios e regularidade da entrega na malha urbana do Município de Ituiutaba–MG.

8.1.5 Serão exigidas regularidades fiscal, trabalhista e relativa ao FGTS, em validade, nos termos da legislação aplicável, como condição para assinatura da Ata de Registro de Preços, para eventual contratação dela decorrente, para manutenção da execução e para pagamento.

8.1.6 A seleção observará a isonomia entre os licitantes e a ampla competitividade, vedadas restrições indevidas, desde que assegurada a capacidade de atendimento da demanda nos prazos fixados pela Administração e a compatibilidade da proposta com as especificações técnicas exigidas para o fornecimento do objeto.

8.1.7 A escolha do fornecedor deverá recair sobre a proposta que, além de mais vantajosa sob o aspecto econômico, assegure o regular fornecimento dos kits de produtos alimentícios com a qualidade mínima exigida, em conformidade com o interesse público, com a finalidade institucional da contratação e com as disposições da Lei n.º 14.133/2021.

9. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

9.1 Nos termos da Lei n.º 14.133/2021, configuram infrações administrativas cometidas pela contratada, dentre outras:

- a)** dar causa à inexecução parcial da Ata de Registro de Preços ou da contratação dela decorrente;
- b)** dar causa à inexecução parcial que provoque grave dano à Administração, ao funcionamento das ações socioassistenciais ou ao interesse coletivo;
- c)** dar causa à inexecução total da Ata de Registro de Preços ou da contratação dela decorrente;
- d)** ensejar o retardamento da execução do objeto, sem motivo justificado;
- e)** apresentar documentação falsa ou prestar declaração inverídica durante a execução;
- f)** praticar ato fraudulento na execução da contratação;
- g)** adotar conduta inidônea ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h)** praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846/2013.

9.2 À contratada que incorrer nas infrações acima descritas poderão ser aplicadas as seguintes sanções, de forma isolada ou cumulativa, observados a gravidade da conduta, o contraditório e a ampla defesa:

- I.** advertência, quando houver inexecução parcial que não justifique penalidade mais grave, nos termos do art. 156, § 2º, da Lei n.º 14.133/2021;
- II.** impedimento de licitar e contratar com a Administração, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas b, c e d do item 9.1, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais severa, nos termos do art. 156, § 4º, da Lei n.º 14.133/2021;
- III.** declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas e, f, g e h do item 9.1, bem como nas hipóteses previstas nas alíneas b, c e d, quando a gravidade da infração justificar penalidade mais rigorosa, nos termos do art. 156, § 5º, da Lei n.º 14.133/2021;
- IV.** multa administrativa, sem prejuízo da aplicação das demais sanções, cabível em qualquer hipótese de infração, calculada na forma estabelecida na Ata de Registro de Preços, no instrumento contratual, quando houver, e na legislação aplicável, devendo observar a proporcionalidade entre a conduta praticada e o dano causado, nos termos do art. 156, § 9º, da Lei n.º 14.133/2021.

9.3 Constituem hipóteses concretas de infração, no âmbito do presente objeto, dentre outras compatíveis com a legislação aplicável, o fornecimento de quantidade inferior à solicitada, a entrega de kits em desconformidade com as especificações técnicas exigidas, o atraso injustificado nas entregas ordinárias, o descumprimento da entrega fracionada, em regra semanal, a inobservância do prazo máximo de 24 horas para atendimento das demandas emergenciais, a substituição indevida de itens por produtos diversos dos especificados, a entrega de produtos com avarias, violação de embalagem, inadequação ao consumo, prazo de validade incompatível ou qualidade inferior à exigida pela Administração.

9.4 A aplicação de qualquer das penalidades previstas neste Termo de Referência não afasta, em hipótese alguma, a obrigação da contratada de reparar integralmente os danos causados à Administração, nem impede a adoção das medidas necessárias à substituição dos itens recusados, ao saneamento das irregularidades constatadas e à preservação da adequada execução do objeto registrado e das contratações dele decorrentes.

10 DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

10.1 A CONTRATANTE observará, em todas as etapas do processo, os atos regulamentares da Lei n.º 14.133/2021, desde o planejamento da contratação, incluindo o Estudo Técnico Preliminar e o Termo de Referência, até a formalização da Ata de Registro de Preços, das contratações dela decorrentes, da execução, da gestão e da fiscalização, assegurando eficiência, eficácia e análise dos resultados alcançados.

10.2 Expedir as ordens de fornecimento, acompanhadas das respectivas notas de empenho, quando cabível, observando a necessidade administrativa, o quantitativo solicitado, o local de entrega e os prazos aplicáveis ao fornecimento.

10.3 Prestar as informações e os esclarecimentos solicitados pela CONTRATADA, sempre que necessários à fiel execução do objeto.

10.4 Receber e acompanhar o fornecimento do objeto nos locais designados pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, situados na malha urbana do Município de Ituiutaba–MG, por intermédio do fiscal da contratação ou responsável formalmente indicado, mediante verificação do quantitativo entregue, da regularidade do fornecimento e do cumprimento das obrigações assumidas.

10.5 Solicitar, por intermédio do fiscal da contratação, a correção, regularização ou substituição dos produtos e das providências operacionais necessárias, quando constatadas falhas, atrasos, inadequações qualitativas, quantitativas ou qualquer desconformidade na execução do fornecimento, fixando prazo adequado para saneamento, inclusive nas hipóteses de descumprimento das entregas fracionadas regulares ou das demandas emergenciais.

10.6 Permitir o acesso dos empregados da CONTRATADA aos locais de entrega do objeto, observadas as rotinas administrativas das unidades e vedada a atuação de terceiros estranhos à contratação, ressalvadas as hipóteses legalmente admitidas.

10.7 Fiscalizar e acompanhar a execução do objeto, diretamente ou por meio de servidor designado, anotando em registro próprio todas as ocorrências, com data, identificação e descrição, encaminhando-as à autoridade competente para as providências cabíveis.

10.8 Efetuar o pagamento devido no prazo estabelecido, condicionado ao cumprimento integral das obrigações assumidas, ao efetivo fornecimento dos kits e à verificação da conformidade da entrega.

10.9 Exigir o cumprimento de todas as obrigações da CONTRATADA, de acordo com a Ata de Registro de Preços, com o instrumento contratual, quando houver, com este Termo de Referência e com a legislação aplicável.

10.10 Indicar formalmente a gestora e o fiscal da contratação, assegurando-lhes apoio institucional para o adequado acompanhamento da execução do objeto.

10.11 Dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução, por meio da gestora ou do fiscal da contratação designados.

10.12 Realizar diligências, quando necessárias, junto à CONTRATADA, para comprovar o atendimento às especificações técnicas e operacionais do objeto, inclusive quanto à composição dos kits, à integridade das embalagens, à qualidade dos gêneros alimentícios, à regularidade do fornecimento e ao cumprimento dos prazos ordinários e emergenciais.

10.13 Notificar a CONTRATADA, por escrito, sobre eventuais falhas, irregularidades ou imperfeições verificadas na execução do fornecimento, fixando prazo para correção, regularização ou substituição, certificando-se de que as soluções apresentadas sejam adequadas à necessidade administrativa.

10.14 Aplicar à CONTRATADA as sanções administrativas cabíveis, observando a ampla defesa e o contraditório, em conformidade com a Lei n.º 14.133/2021.

10.15 Organizar a logística administrativa de recebimento e distribuição dos kits, de modo a compatibilizar as ordens de fornecimento com a capacidade de armazenamento das unidades vinculadas à rede socioassistencial, especialmente os CRAS, em razão da inexistência de espaço adequado para estocagem prolongada.

10.16 Demandar o fornecimento de forma parcelada, em regra semanal, conforme a necessidade administrativa e a capacidade de recebimento e armazenamento das unidades vinculadas à rede socioassistencial, especialmente os CRAS, vedada a concentração do quantitativo mensal ordinário em uma única remessa. Para fins de planejamento, a Administração observará, em regra, demanda mensal entre 1.200 e 1.740 kits, usualmente distribuída em 4 entregas semanais, sem prejuízo da expedição de ordens de fornecimento emergenciais, que deverão ser atendidas pela CONTRATADA no prazo máximo de 24 horas, quando devidamente justificadas.

11 DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

11.1 São de responsabilidade exclusiva da CONTRATADA, além do fornecimento dos kits de produtos alimentícios contratados, em conformidade com este Termo de Referência, com a Ata de Registro de Preços, com o instrumento contratual, quando houver, com a ordem de fornecimento e com os demais documentos da contratação, as seguintes obrigações:

11.1.1 Fornecer o objeto da contratação em estrita observância às especificações técnicas e quantitativas estabelecidas, às normas legais aplicáveis e às diretrizes administrativas fixadas pela CONTRATANTE.

11.1.2 Responsabilizar-se integralmente por multas, penalidades ou despesas decorrentes de infrações legais, regulatórias, sanitárias, tributárias, administrativas ou de qualquer outra natureza relacionadas à execução da Ata de Registro de Preços e das contratações dela decorrentes, sem que tais encargos possam ser atribuídos à CONTRATANTE.

11.1.3 Responder por todas as despesas relativas à aquisição dos gêneros alimentícios, montagem dos kits, embalagem, acondicionamento, transporte, carga,

descarga, tributos, seguros e quaisquer outras obrigações decorrentes do fornecimento do objeto, inexistindo qualquer vínculo jurídico, trabalhista ou administrativo com a CONTRATANTE além daquele decorrente da contratação.

11.1.4 Manter, durante toda a vigência da Ata de Registro de Preços e da contratação dela decorrente, as condições de habilitação e qualificação apresentadas, comunicando imediatamente à CONTRATANTE qualquer alteração que possa comprometer a execução do objeto.

11.1.5 Assegurar que seus empregados e prepostos cumpram as normas disciplinares e de conduta exigidas pela Administração, especialmente no tocante à urbanidade, responsabilidade funcional, observância das orientações administrativas e regularidade na entrega do objeto.

11.1.6 Responder, civil e administrativamente, por quaisquer danos materiais ou pessoais ocasionados à CONTRATANTE ou a terceiros, por ação ou omissão, dolosa ou culposa, de seus empregados ou prepostos, durante a execução da contratação.

11.1.7 Relatar imediatamente ao fiscal da contratação qualquer irregularidade constatada durante a execução do fornecimento, inclusive de ordem operacional, logística, quantitativa ou qualitativa, cujo saneamento dependa de autorização ou providência da CONTRATANTE, especialmente quando representar risco de atraso, entrega em desconformidade, prejuízo à qualidade do objeto ou comprometimento da finalidade da contratação.

11.1.8 Fornecer os kits de produtos alimentícios em adequadas condições de conservação, integridade, apresentação, acondicionamento e transporte, observadas as especificações fixadas pela Administração, a qualidade dos gêneros alimentícios e as exigências sanitárias aplicáveis.

11.1.9 Providenciar, às suas expensas, a substituição imediata dos produtos que apresentem avarias, defeitos, violação de embalagem, inadequação ao consumo, prazo de validade incompatível ou qualquer outra desconformidade com as especificações exigidas.

11.1.10 Cumprir rigorosamente os prazos de entrega fixados pela Administração, garantindo o fornecimento integral do quantitativo solicitado em cada ordem de fornecimento, com observância da sistemática de entrega parcelada, em regra semanal. No regime ordinário, a CONTRATADA deverá estar apta a atender demanda mensal entre 1.200 e 1.740 kits, usualmente distribuída em 4 entregas semanais, vedada a substituição desse regime por entrega única do quantitativo mensal, sem autorização expressa da Administração, além de assegurar o atendimento das demandas emergenciais no prazo máximo de 24 horas.

11.1.11 Realizar as entregas nos locais indicados pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, situados na malha urbana do Município de Ituiutaba–MG, observando as orientações administrativas expedidas em cada ordem de fornecimento.

11.1.12 Submeter-se integralmente à fiscalização da CONTRATANTE, prestando todas as informações solicitadas e disponibilizando documentos, registros e esclarecimentos necessários ao acompanhamento da execução da Ata de Registro de Preços e das contratações dela decorrentes.

11.1.13 Não realizar subcontratação parcial ou total do objeto da contratação, salvo se houver expressa autorização da Administração, na forma da lei e do instrumento convocatório.

12. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

12.1 As quantidades previstas neste Termo de Referência foram dimensionadas para atendimento da necessidade da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, contemplando o futuro e eventual fornecimento de 17.640 (dezesete mil seiscentos e quarenta) kits de produtos alimentícios (cesta básica), destinados ao atendimento de famílias e indivíduos em situação de vulnerabilidade socioeconômica acompanhados pela rede socioassistencial do Município.

12.2 O objeto compreende o futuro e eventual fornecimento de kits de produtos alimentícios (cesta básica), com especificações mínimas definidas pela Administração, com vistas a atender às necessidades da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, no âmbito das ações socioassistenciais vinculadas ao programa “Apoio e Incentivo à Cidadania”. Os kits fornecidos deverão apresentar adequadas condições de conservação, integridade, acondicionamento, transporte e entrega, em conformidade com as exigências sanitárias, administrativas e contratuais aplicáveis. O fornecimento ocorrerá de forma parcelada, em regra semanal, considerando a inexistência de espaço adequado para armazenamento prolongado nos CRAS e demais unidades vinculadas à rede socioassistencial, sem prejuízo do atendimento das demandas emergenciais no prazo máximo de 24 horas.

12.3 O custo estimado total da presente contratação é de R\$ 3.095.643,60 (três milhões, noventa e cinco mil, seiscentos e quarenta e três reais e sessenta centavos), apurado a partir de pesquisa de preços idônea, realizada nos termos da legislação aplicável, considerando o quantitativo estimado de 17.640 kits de produtos alimentícios (cesta básica) e o valor médio unitário de R\$ 175,48 (cento e setenta e cinco reais e quarenta e nove centavos), conforme os parâmetros de mercado e demais elementos constantes dos autos.

13 DO REAJUSTE

13.1 Os preços registrados permanecerão válidos durante a vigência da Ata de Registro de Preços, admitidas, contudo, as hipóteses legais de alteração, atualização ou revisão, na forma da legislação aplicável.

13.2 Nas contratações decorrentes da Ata de Registro de Preços, o reajuste somente será admitido quando houver previsão no edital e no instrumento contratual, observada a periodicidade mínima de 12 meses, nos termos do § 3º do art. 92 da Lei n.º 14.133/2021. Será igualmente admitida a revisão para recomposição do equilíbrio econômico-financeiro, desde que devidamente comprovado o desequilíbrio por documentação idônea, pesquisa de mercado e demais elementos que evidenciem a efetiva alteração das condições inicialmente pactuadas, mediante prévia análise e autorização da Administração.

14. CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE

14.1 Em observância à Lei n.º 14.133/2021 e aos princípios da isonomia, da competitividade e da ampla participação, não haverá preferência em razão da sede ou da localização da futura contratada, nem qualquer limitação de raio de atuação. A seleção considerará exclusivamente critérios técnicos, operacionais, de capacidade de fornecimento, de adequação às especificações do objeto e de sustentabilidade, vedada qualquer restrição geográfica indevida, desde que assegurada a capacidade de realização das entregas na malha urbana do Município de Ituiutaba–MG, inclusive quanto ao fornecimento parcelado, em regra semanal, e ao atendimento das demandas emergenciais no prazo máximo de 24 horas.

14.2 O fornecimento do objeto deverá, sempre que tecnicamente viável e economicamente exequível, observar critérios de sustentabilidade e racionalização de recursos, priorizando:

- a)** a adoção de práticas de acondicionamento, transporte e entrega que reduzam perdas, avarias e desperdícios dos produtos integrantes dos kits de produtos alimentícios;
- b)** a utilização preferencial de registros, comunicações e controles em meio digital, quando compatível com a execução da Ata de Registro de Preços e das contratações dela decorrentes;
- c)** o uso racional de embalagens e demais materiais empregados no fornecimento, sem prejuízo da adequada conservação, integridade e acondicionamento dos gêneros alimentícios;
- d)** a organização logística eficiente para transporte e entrega dos kits, com vistas à redução de deslocamentos desnecessários, à melhoria da distribuição e à minimização de impactos ambientais indiretos;
- e)** a adequada destinação dos resíduos eventualmente gerados no âmbito do fornecimento, especialmente embalagens e materiais correlatos, em conformidade com a legislação aplicável e com as rotinas administrativas da unidade;
- f)** a adoção de boas práticas administrativas, operacionais e sanitárias que contribuam para a melhoria contínua da execução do fornecimento, para a redução de impactos ambientais indiretos e para a adequada preservação da qualidade do objeto fornecido.

15. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

15.1 As despesas decorrentes da contratação correrão conforme dotação orçamentária:

01.11.00 Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social

01.11.01 Fundo Municipal de Assistência Social

08.244.0030.2.596 - BENEFÍCIOS EVENTUAIS

3.3.90.32.00 - MATERIAL BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA

1.500.000.0000 - RECURSOS ORDINÁRIOS

1.661.000.0000 - TRANSF REC DO FUNDO EST DE ASSIST SOCIAL

2.661.000.0000 - TRANSF REC DO FUNDO EST DE ASSIST SOCIAL

Valor: R\$ 3.095.643,60

Ituiutaba—MG, 23 de março de 2026.

MANUELA GUEDES VIANA

Secretária Municipal de Desenvolvimento Social